



Instituto  
Socioambiental

**NOTA TÉCNICA**

# **Análise do Desmatamento na Bacia do Xingu PRODES 2024**

Programa Xingu - PGX

Proteção e Direitos Territoriais - PDT

## Principais Destaques

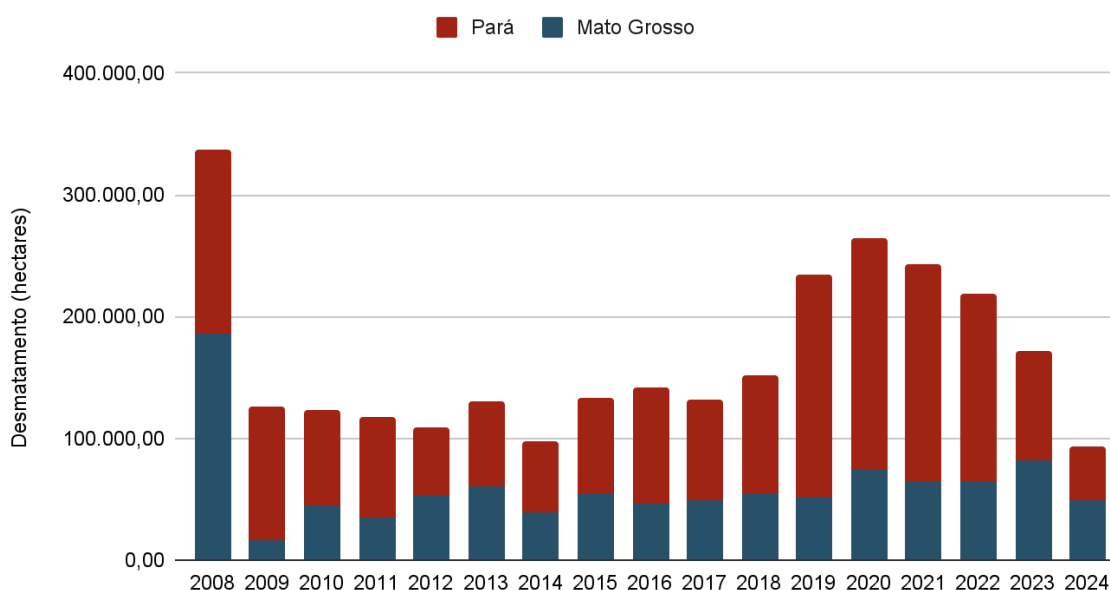
---

- O desmatamento na bacia do Xingu caiu 46% entre 2023 e 2024, registrando o menor índice de desmatamento na última década.
- No Pará, o desmatamento na bacia do Xingu caiu 51%, com grandes reduções em municípios como Altamira e São Félix do Xingu (48% e 68%, respectivamente).
- Na porção Mato Grossense da bacia houve a redução de 40% do desmatamento.
- As Terras Indígenas apresentaram uma redução geral de 21% no desmatamento, com destaque para a Terra Indígena Apyterewa, que teve uma queda de 56%.
- As Unidades de Conservação da bacia do Xingu tiveram uma redução de 70%, com destaque para a APA Triunfo do Xingu, que passou de 23.099 hectares em 2023 para 7.225 hectares em 2024.
- Apesar da redução do desmatamento na parte mato grossense da bacia, o estado ainda enfrenta altos índices de desmatamento ilegal, especialmente em municípios como União do Sul e Peixoto de Azevedo, onde o desmatamento ilegal atingiu 84% e 93%, respectivamente. Do total desmatado, 52% está localizado a menos de 10 km das principais rodovias da região.
- A Terra Indígena Cachoeira Seca, segunda no ranking de TIs mais desmatadas da Amazônia Legal, registrou um aumento de 45%, com 1.149 hectares de floresta derrubada.
- A Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio também apresentou aumento no desmatamento, indicando a necessidade urgente de ações mais integradas para combater as invasões e atividades ilegais.

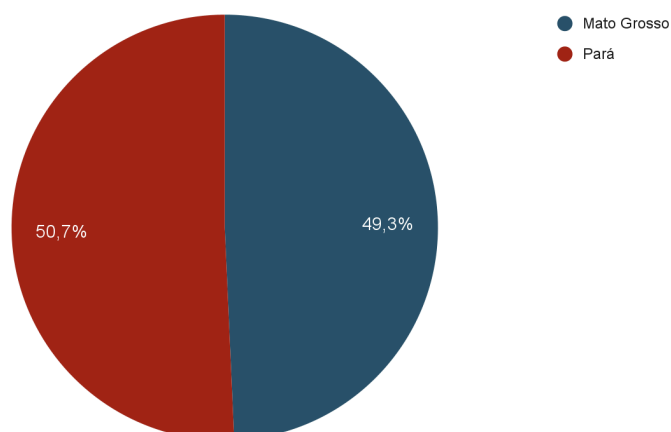
# 1. APRESENTAÇÃO

Entre agosto de 2023 e julho de 2024, foram desmatados 6.288 km<sup>2</sup> na Amazônia Legal, segundo o monitoramento do PRODES, o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite. Esse total representa uma redução de 30,6% em relação ao período anterior. Na bacia do Xingu, que comporta um dos maiores maciços florestais contínuos de Terras Indígenas e Unidades de Conservação no mundo - o Corredor de Áreas Protegidas do Xingu - a redução foi ainda mais expressiva. Foram 46% a menos de floresta derrubada na bacia, passando de 172 mil hectares de desmatamento em 2023 para 93,2 mil hectares em 2024. **Esse é o menor índice de desmatamento registrado na bacia do Xingu na última década.**

**GRÁFICO 1 - Desmatamento na bacia do Xingu por estado - PRODES 2024**



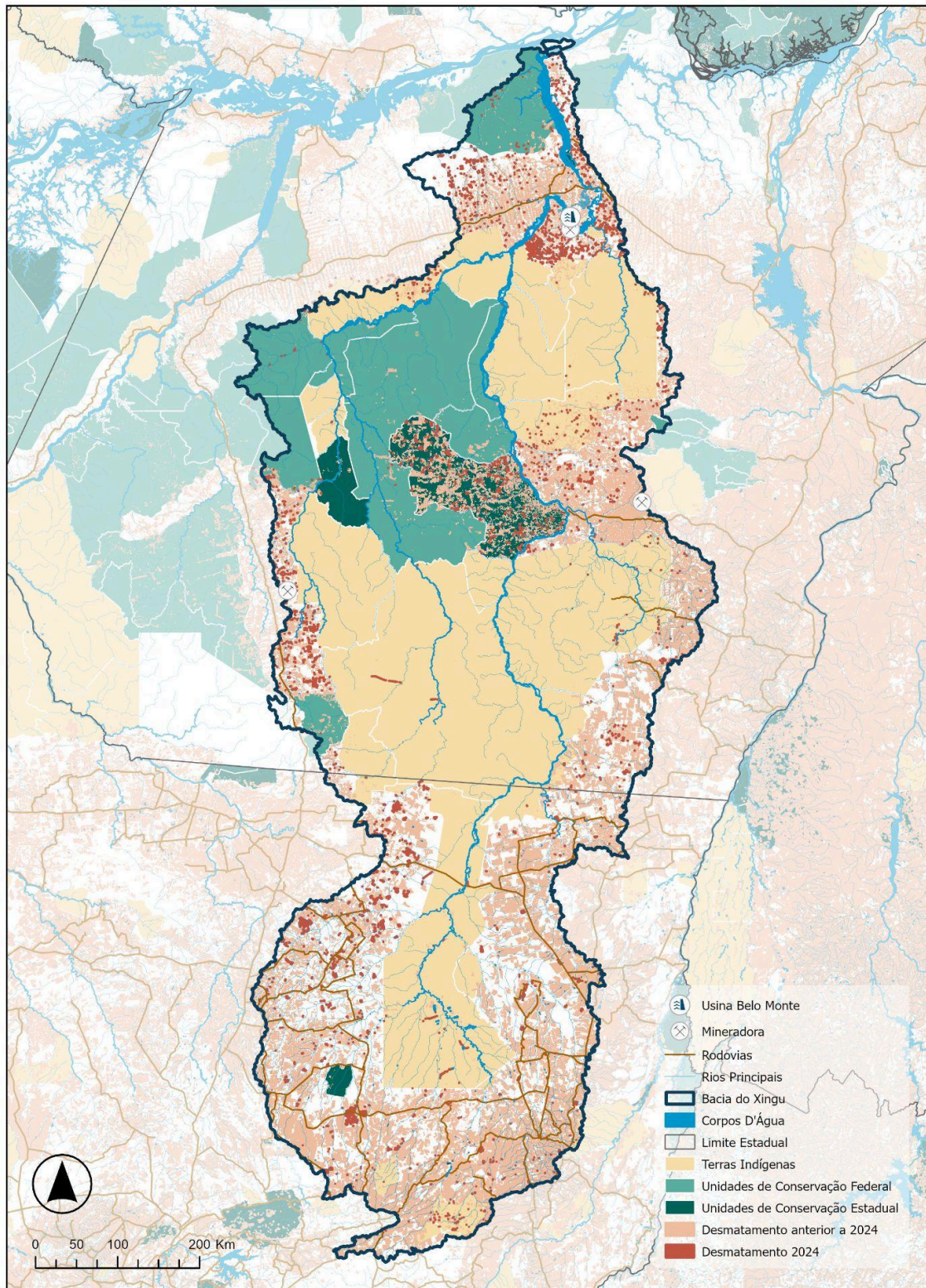
## GRÁFICO 2 - Desmatamento na bacia do Xingu por estado - PRODES 2024



A queda no desmatamento também foi observada nas áreas protegidas da bacia, sendo mais acentuada nas Unidades de Conservação. Nas terras Indígenas, ações de desintrusão nas TIs Apyterewa e Trincheira Bacajá (dois dos territórios mais críticos da Amazônia) também contribuíram para a redução das taxas.

Esses dados refletem os efeitos positivos das políticas públicas de combate ao desmatamento que começaram a ser implementadas em 2023, como a retomada do PPCDAm (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal) e outras iniciativas governamentais. Contudo, algumas áreas ainda exigem uma estratégia mais integrada entre diferentes órgãos, principalmente em relação à desarticulação de redes criminosas que viabilizam o avanço do desmatamento ilegal.

## Desmatamento na bacia do Xingu - PRODES 2024



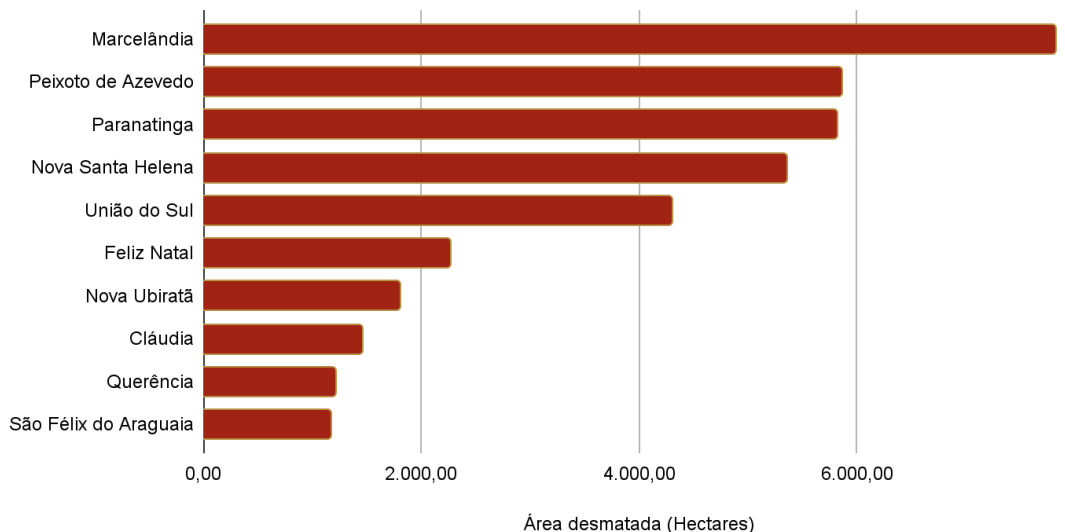
Desmatamento na bacia do Xingu. Fonte: PRODES 2024

## 2. Municípios

### Mato Grosso

Mato Grosso é o segundo estado que mais contribui para o desmatamento na Amazônia Legal, depois do Pará. Em 2023, os dados do PRODES revelaram que, enquanto seis dos nove estados da Amazônia Legal apresentaram redução no desmatamento, o Mato Grosso estava entre os estados em que o desmatamento havia aumentado. Contudo, em 2024, com a consolidação das políticas de combate ao desmatamento, os novos dados mostram uma redução de 38% no desmatamento em todo o estado. Para a parcela incidente na bacia do Xingu, a redução foi ainda maior: 40% a menos de derrubada.

**GRÁFICO 3 - Municípios do Mato Grosso que mais desmataram na bacia do Xingu em 2024**



Apesar da redução, alguns números continuam preocupantes. Em 2023, o desmatamento ilegal na região mato-grossense da bacia representou 64%, mas, em 2024, as áreas desmatadas de forma ilícita passaram para 73%. Os

municípios de União do Sul, Cláudia, Marcelândia e Peixoto de Azevedo, localizados na região de influência da BR-163, apresentaram, respectivamente, 84%, 88%, 89% e 93% de ilegalidade.

Em Paranatinga, município que cruza duas importantes rodovias (BR-242 e MT-130), 78% do desmatamento foi ilegal. Foi nesse município que em 2024 foi finalizada a pavimentação de um dos trechos da rodovia MT-130, entre o distrito de Santiago do Norte e o rio Ronuro. Esse trecho incide em quase a sua totalidade na proposta de limites da TI Roro-walu (Jatobá/Ikpeng), do povo Ikpeng. A pavimentação foi autorizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA/MT), sem anuência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas nem dos povos do Território Indígena do Xingu, violando etapas do licenciamento ambiental e do direito à consulta livre, prévia e informada.

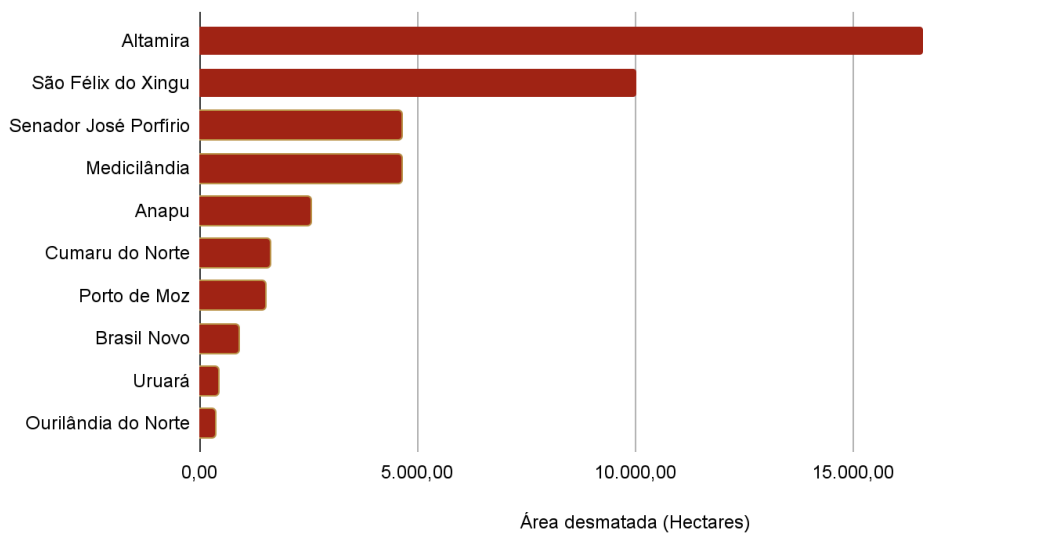
Apesar do consenso no meio científico sobre rodovias funcionarem como vetores de desmatamento, ainda não foram empregadas medidas eficazes de controle e combate ao desmatamento, sobretudo ilegal, indiretamente gerado pela construção de rodovias. Do total desmatado na porção mato-grossense da bacia do Xingu, mais da metade (52%) está localizado a menos de 10 km das principais rodovias da região.

## Pará

---

A região paraense da bacia registrou uma redução de mais da metade (51%) do desmatamento em comparação ao período anterior. Ao todo, foram 44,4 mil hectares desmatados, a menor taxa já registrada. Altamira e São Félix do Xingu, municípios que lideravam as taxas de desmatamento de toda a Amazônia, tiveram respectivamente 48% e 68% de redução em relação a 2023. Senador José Porfírio, Medicilândia e Anapu, municípios com frentes de invasão que pressionam as Terras Indígenas da Terra do Meio, no Pará, também apresentaram quedas significativas na supressão de vegetação, com -36%, -44% e -44%, respectivamente. O município de Cumaru do Norte, que fica próximo à Terra Indígena Kayapó, foi a exceção, com um aumento de 4% no desmatamento.

#### GRÁFICO 4 - Municípios do Pará que mais desmataram na bacia do Xingu em 2024



No Pará, 67% da bacia do Xingu é composta pelas terras indígenas e unidades de conservação do Corredor. Em contrapartida, somente 9% do desmatamento de 2024 ocorreu em suas áreas protegidas, o que evidencia o papel fundamental dessas áreas, e dos povos que ali vivem, na proteção das florestas da Amazônia Oriental. Apesar do grau reduzido do desmatamento no interior do Corredor, o seu entorno é intensamente pressionado e sofre com uma série de pressões e ameaças que, muitas vezes, adentram os territórios como é o caso do roubo de madeira e até a tentativa de grilagem de terras. Ao se analisar uma faixa de 10 km das áreas protegidas do Corredor, extensão similar às zonas de amortecimento previstas para Unidades de Conservação, observou-se que o desmatamento nessa região foi 76% maior que nas demais áreas sem categoria fundiárias de proteção no recorte paraense da bacia.



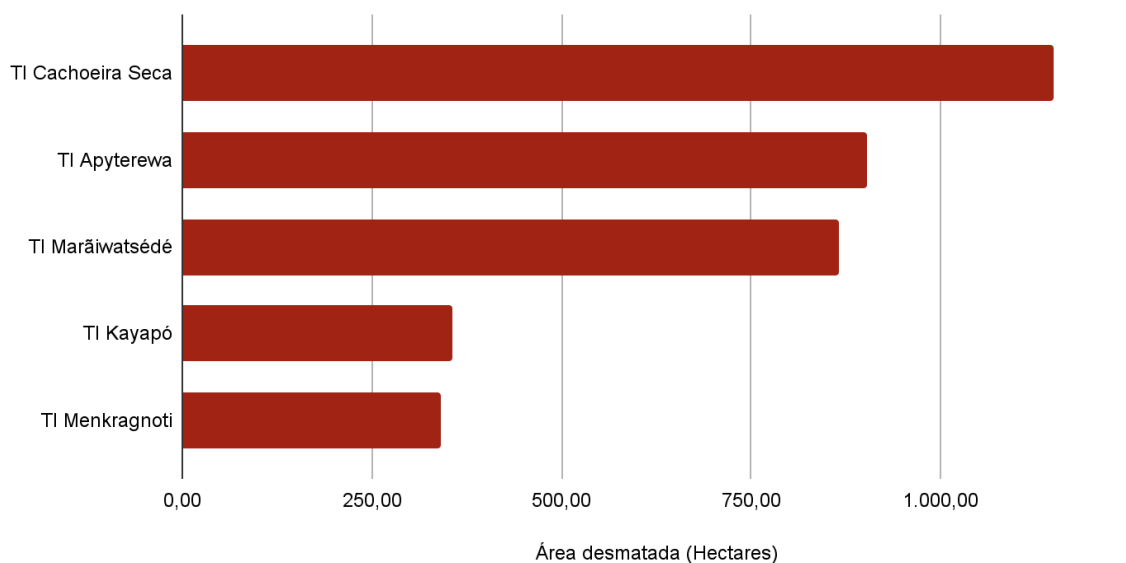
### 3. Áreas Protegidas

#### Terras Indígenas

As Terras Indígenas da bacia do Xingu tiveram uma redução de 21% no desmatamento em 2024, comparado ao ano anterior. A TI Apyterewa, do povo Parakanã, apresentou uma queda de 56 % nas taxas de floresta derrubada. Esse território, esteve entre as mais desmatadas da Amazônia entre 2019 e 2022. Com o início das operações de desintrusão em 2023, o desmatamento na TI Apyterewa caiu de 10.225 hectares para 2.064 ha. Em 2024, as áreas desmatadas na TI foram reduzidas para 902 hectares.

Outra Terra Indígena com redução expressiva nos índices de desmatamento foi a TI Kayapó com 68% a menos de remoção da vegetação. A Kayapó tem histórico possui a maior área desmatada pela garimpagem ilegal na bacia do Xingu. No território existem três frentes principais de exploração minerária, localizadas às margens dos rios Arraias, Fresco e Branco, causando um grande rastro de destruição. Devido à gravidade da situação, a TI foi incluída como um dos objetos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709, por meio da qual o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a desintrusão de invasores não indígenas do território.

**GRÁFICO 5 - Terras Indígenas que mais desmataram na bacia do Xingu em 2024**



Em contrapartida às reduções, a Terra Indígena Cachoeira Seca registrou aumento nas taxas de desmatamento na bacia do Xingu. De 795 ha registrados em 2023, o desmatamento na TI passou para 1.149 ha em 2024, um crescimento de 45%. No ranking geral da Amazônia, a Cachoeira Seca está em segundo lugar.

Segundo os dados do monitoramento de desmatamento da Rede Xingu+, o Sirad X, entre janeiro e outubro de 2024, mais de 1.156 ha foram desmatados na TI Cachoeira Seca, um aumento de 28% em relação ao mesmo período do ano passado. Os meses de julho a outubro foram os que apresentaram maiores índices, quando a logística para o desmate e roubo de madeira é facilitada devido a diminuição das chuvas que ocorre na estação mais seca.

O território tradicional do povo Arara, invadido no contexto da abertura da rodovia Transamazônica (BR-230) na década de 1970, só foi homologado como TI em 2016, no contexto da operação da UHE Belo Monte. Atualmente, sem a regularização fundiária e a desintrusão dos invasores, estabelecida como condicionante do licenciamento ambiental de Belo Monte, e diante do impactos esperados da pavimentação do km 750 a 851 da Transamazônica, a situação da TI continua se agravando, com cerca de 10% do território já desmatado.

## **Unidades de Conservação**

---

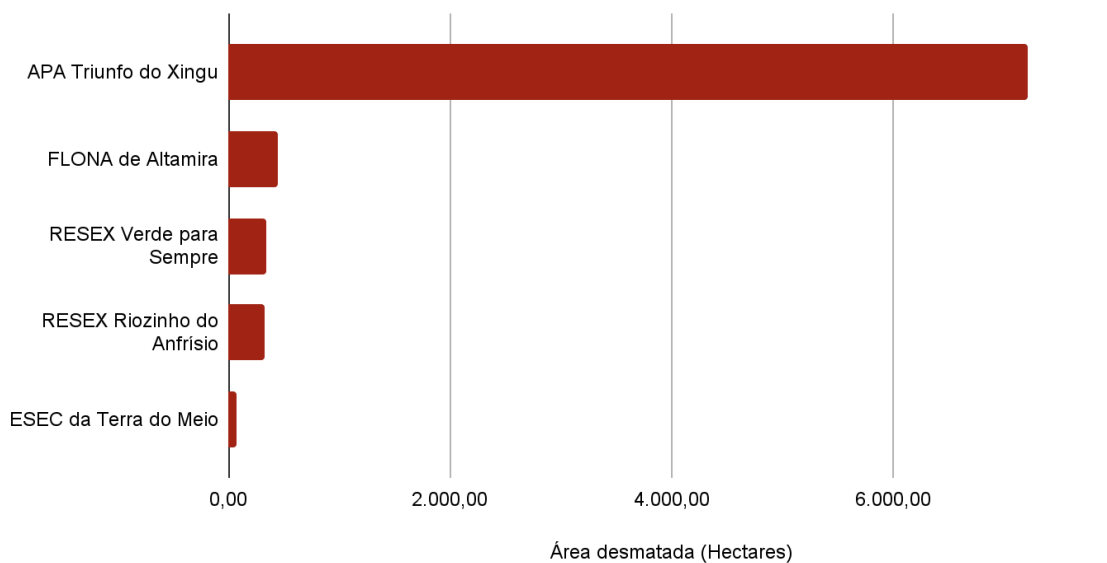
Nas Unidades de Conservação da bacia do Xingu, o desmatamento reduziu em 70%. Ao todo, foram 8,5 mil hectares desmatados em 2024. A APA Triunfo do Xingu, que foi responsável por grande parte dessa redução, viu uma queda de 23.099 hectares em 2023 para 7.225 hectares em 2024, a menor taxa registrada na APA desde 2012.

Outras Unidades de Conservação, como a Floresta Estadual (FES) do Iriri, a Estação Ecológica (ESEC) da Terra do Meio e a Floresta Nacional (FLONA) de Altamira, também apresentaram reduções expressivas no desmatamento em relação ao ano anterior: -98%, -90% e -71%, respectivamente. Essas quatro unidades são contíguas e formam, de leste a oeste da bacia do Xingu, uma faixa de proteção essencial à conectividade do Corredor de Áreas Protegidas do Xingu.

No entanto, o avanço das invasões ameaçou a integridade dessa barreira no início de 2022, quando uma estrada ilegal foi aberta, colocando

em risco não só as UCs que a compõem, mas todo o mosaico de áreas protegidas da região. A estrada pretendia ligar São Félix do Xingu a Novo Progresso e impulsionar ainda mais a degradação na região. As operações de fiscalização conseguiram conter o avanço da estrada e reduzir as taxas de derrubada de floresta no ano seguinte. Agora, em 2024, com a continuidade das operações, as reduções foram ainda mais acentuadas.

### **GRÁFICO 6 - Unidades de Conservação que mais desmataram na bacia do Xingu em 2024**



Contudo, a Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio apresentou aumento no desmatamento em seu território. Entre agosto de 2023 e julho de 2024 a Resex teve 327 hectares de derrubada de floresta, uma alta de 44%. Entre os problemas enfrentado por essa unidade estão o roubo de madeira espalhado por quase todo o território, o garimpo ilegal ainda ativo no garimpo Fortaleza e a invasão, impulsionada principalmente pela frente de desmatamento vindo da sobreposição com o Projeto de Assentamento Campo Verde, na região nordeste da UC. Os beradeiros do Riozinho têm mostrado preocupação com o avanço das invasões que se aproximam cada vez mais de suas comunidades. Segundo informações do monitoramento da Rede Xingu+, entre 2018 e 2023, 495 km de ramais ilegais foram abertos na RESEX. Em 2024, mais 94 km foram abertos.

A RESEX Riozinho do Anfrísio é vizinha à TI Cachoeira Seca, que também apresentou aumento nas taxas de desmatamento em contrapartida às reduções das demais Terras Indígenas da bacia. Relacionados ou não, os crimes ambientais que ocorrem em ambas áreas protegidas destacam a

necessidade de ações regionais integradas, com maior presença e fiscalização contínua dos órgãos responsáveis. Operações em serrarias, controle do transporte de mercadorias na rodovia Transamazônica (BR-230) e investigação da cadeia da madeira nos planos de manejo da região são medidas necessárias frente ao histórico de exploração nas duas áreas protegidas.

## 4. Conclusão

---

O período de 2023 a 2024 evidenciou avanços importantes no combate ao desmatamento na Amazônia, especialmente na bacia do Xingu, onde tanto as Terras Indígenas quanto as Unidades de Conservação apresentaram quedas significativas nas taxas de desmatamento. No entanto, a persistência de áreas com alta ilegalidade, como as localizadas em torno de rodovias e algumas regiões específicas, continua a representar um grande desafio para a proteção ambiental.

A redução do desmatamento é um reflexo das políticas governamentais mais recentes, como a retomada do PPCDAm, e das intensas operações de fiscalização. No entanto, é essencial que o combate ao desmatamento em áreas protegidas seja fortalecido, assim como o devido licenciamento ambiental de obras de infraestrutura, e cumprimento de condicionantes ambientais. A presença contínua dos órgãos responsáveis e a implementação de ações regionais mais integradas são fundamentais para garantir que os avanços não sejam revertidos e que a sustentabilidade das áreas protegidas seja mantida a longo prazo. O futuro da bacia do Xingu depende de um esforço contínuo para combater as causas do desmatamento ilegal e promover um desenvolvimento que respeite o equilíbrio socioambiental.

 [xingumais.org.br/observatorios](http://xingumais.org.br/observatorios)

 [deolhonoxingu@xingumais.org.br](mailto:deolhonoxingu@xingumais.org.br)



Instituto  
Socioambiental